

## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

CHIARELLI, M. C.<sup>1</sup>  
SACCHELLI, G. da S.<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo elucidar a importância de se abordar os conceitos de inclusão e equidade social na formação do professorado, pois estes por sua vez são agentes indispensáveis na efetivação de uma educação inclusiva e, conseqüentemente, de uma sociedade inclusiva. Tem como metodologia de pesquisa a revisão de literatura em fontes bibliográficas que nos auxiliam a discorrer sobre o tema *Formação de Professores para a Inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais*. Este trabalho tem natureza qualitativa, pois se aprofunda em questões socio-históricas. O estudo considera que a formação de professores e de demais profissionais das ciências humanas deve ser mais inclusiva, que é exigida uma formação baseada na equidade social.

**Palavras-chave:** Inclusão. Formação de professores. Necessidades educacionais especiais.

### ABSTRACT

The present work aims to elucidate the importance of addressing the concepts of inclusion and social equity in the education of the teacher, because this in turn are indispensable agents in the realization of an inclusive education and consequently of an inclusive society. And its research methodology is the foundation in bibliographic sources that help us to discuss the theme "Teacher Training for the Inclusion of People with Special Educational Needs", this work has a qualitative nature, because it deepens in social and historical issues. The study considers that the training of teachers and other professionals should be more inclusive so that the whole society is reflected in a better society, since for this we must have a training based on equity.

**Keywords:** Inclusion. Teacher Training. Special Educational Needs.

### INTRODUÇÃO

Sabemos que a inclusão é uma temática de fundamental importância e que seus ideais deveriam ser trabalhados com os alunos em seus primeiros anos de vida escolar, desde a educação básica, mas para tal iniciativa encontramos diversos obstáculos como

---

<sup>1</sup>Maria Clara Chiarelli. Graduanda do Curso de Pedagogia da FAP. 2022. Contato: mariaclarachi@gmail.com

<sup>2</sup>Gabriela da Silva Sacchelli. Doutoranda em Educação (UEL). Professora do Curso de Pedagogia da FAP, 2022. Contato: gabysacchelli@hotmail.com

as dificuldades de preparação do professorado e a falta de estrutura da instituição escolar, para que a inclusão seja mais efetivada. Portanto, nesse estudo abordaremos esses obstáculos e compreenderemos o porquê ocorrem e a importância da inserção da inclusão na prática escolar.

Para podermos compreender o que significa inclusão é necessário primeiramente entendamos o que significa igualdade, pois, esta é indissociável à inclusão. Segundo a Amartya Sen (2009 *apud* RODRIGUES, 2014) igualdade está relacionada à distribuição de recursos que devem corresponder às necessidades de cada pessoa em seu respectivo contexto, ou seja, se com o auxílio desses recursos as pessoas promoverão melhorias em sua qualidade de vida.

A equidade sempre foi vista como um obstáculo na vida em sociedade, pois verificamos situações de frequente competição, nos fazendo ver a “distribuição de recursos” como um obstáculo histórico.

Para Pacievitch (*apud* BORGES *et al.*, 2013), o termo inclusão tem amplitude de significados, porém, pode ser exemplificado como a inserção social de indivíduos que vivenciam alguma espécie de exclusão seja por razões raciais, econômicas, gênero ou por apresentarem algum tipo de deficiência.

O objetivo deste estudo é elucidar a importância de se abordar conceitos como inclusão e equidade na formação do professorado, pois este é um agente indispensável na efetivação de uma educação inclusiva e, conseqüentemente, de uma sociedade inclusiva. Tem como metodologia de pesquisa a revisão de literatura em fontes bibliográficas que nos auxiliam a discorrer sobre o tema em questão. Este estudo é de natureza qualitativa, pois a mesma se aprofunda em questões sócio-históricas.

## **CONTEXTOS POLÍTICOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA INCLUSÃO**

A espécie humana possui indivíduos distintos entre si em termos como genética, cultura, etnia e gênero, a formação social capitalista, desde a sua concepção demonstra dificuldades em lidar com o diferente, por esta dificuldade, formam recorrentes no século XX as discussões frequentes são norteadas pelo conceito de que “apesar de nossas particularidades todos tem o direito a uma vida digna em sociedade”.

Em 1989 ocorreu por intermédio da Organização das Nações Unidas a convenção sobre os direitos das crianças, em que proclama em seu segundo princípio que:

Os estados devem respeitar e assegurar os direitos sem discriminação de qualquer tipo, independente da raça da criança, dos seus pais ou responsáveis do sexo, língua materna, religião, opinião política ou de outro tipo, origem nacional, étnica ou social, estado de pobreza, deficiência, condição de nascimento (ONU, 1989 *apud* UNICEF, 1990).

Em contraposição ao princípio de igualdade anteriormente estabelecido temos a definição de desigualdade que pode ser definida como quando não se cumpre o que foi preestabelecido nessa convenção, associamo-nos o conceito de desigualdade a palavra, diferença, esta por sua vez é usada como justificativa para legitimar atos de discriminação e segregação.

A abordagem do conceito de equidade pode ser considerada um compromisso enquanto sociedade, devemos assumir a fim de abolir situações de desigualdade (PARANÁ, 2014).

Com base nestes conceitos, podemos estabelecer a seguinte questão: qual a relação entre equidade e inclusão? Esses conceitos constituem parte importantíssima da construção do termo inclusão, pois assume-se que as diferenças existem entre os seres humanos, porém não como um obstáculo, mas um desafio para as redes de ensino, a fim de colocá-las a prova sobre sua capacidade de adequação a esta realidade, com o objetivo de que esta desempenhe o seu papel em prol de uma educação de qualidade, direcionada a todos os seus alunos de uma maneira geral articulando suas práticas as individualidades de cada aluno, proporcionando uma educação de qualidade a todos (RODRIGUES, 2014).

Além de repensarmos sobre o nosso modelo educacional em refletirmos sobre o papel que o gestor pedagógico deve desempenhar no processo de efetivação de uma escola inclusiva, também refletiremos sobre o processo de formação do professor, de maneira especial a formação inicial. Neste caso abordaremos os cursos de formação de professores em nível médio e se neles trabalham em um viés inclusivo e por fim discutiremos também o papel que as instituições superiores devem desempenhar em prol deste processo.

Assim como já foi explicitado anteriormente também falaremos de maneira sucinta, sobre o gestor pedagógico e seu papel como um dos principais elementos

responsáveis pela efetivação de uma escola inclusiva e o que se espera da gestão do mesmo para que esta realidade se faça presente em nosso cotidiano.

Segundo Silveira (2009, p. 51), o verdadeiro desafio do gestor pedagógico está em “desenvolver estratégias institucionais que correspondam às necessidades e as mais variadas situações de aprendizagem”, neste sentido, “cabe diagnosticar este aluno e através do mesmo propor caminhos metodologias e práticas aos professores inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais seja efetivada”.

Ainda sobre o papel do gestor pedagógico no desenvolvimento de uma escola inclusiva, autores como Azevedo e Cunha (2019, p. 53) ressaltam que as dificuldades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais devem ser analisadas coletivamente não somente pelo pedagogo, mas por toda a comunidade escolar, a fim de que através da comunicação e da atividade coletiva possam se desenvolver atividades que vão ao encontro com a inclusão.

## **PRIMEIROS PASSOS EM DIREÇÃO À FORMAÇÃO**

Em 1949 iniciaram-se os trabalhos do curso normal regional na cidade de Apucarana-Pr., cujo objetivo era a responsabilidade por formar professores interessados em seguir a carreira docente, para atuar no ensino primário das escolas rurais (SACHELLI, 2019).

O Curso Normal Regional Pestalozzi, em 1952, integrava a sua grade curricular disciplinas como português, matemática, geografia, desenho, trabalhos manuais e atividades de economia regional, economia doméstica, música, anatomia e higiene, puericultura, psicologia e pedagogia e didática e práticas de ensino entre outras.

A seguir retrata-se a foto da primeira turma de professores formados em Apucarana, no Curso Normal Regional Pestalozzi no ano de 1952.

**Figura 1 - Foto da 1ª turma de professores formados em Apucarana, Curso Normal Regional Pestalozzi (1952)**



Fonte: Revista Apucarana, Jubileu de Prata 1944-1969 (1968) *apud* SACHELLI (2019).

Entre as décadas de 1940 e 1990 houve também o surgimento da lei orgânica do ensino normal elaborada e articulada por Erasmo Pilotto e Moisés Lupion. A mesma discorre sobre as qualidades que um “bom” professor deve ter no exercício do magistério.

A lei 8.530, intitulada lei orgânica do ensino normal, em seu art. 20, lista estes atributos para ser um bom candidato ao magistério, dentre elas destacam-se:

- A ausência de defeito físico ou funcional que impeça o indivíduo de exercer a profissão;
- Bom comportamento social;
- Qualidade de brasileiro (BRASIL, 1946).

Podemos perceber através da questão específica do texto que a presença de características como a denominada “qualidade de brasileiro” e “bom comportamento social” evidenciam a busca por um professor comprometido com o seu dever profissional e comprometido com o progresso de seu país e cidade, assim como buscam um professor comprometido com suas funções sociais de cidadão, -idealiza-se uma espécie “de professor ideal”. É evidente que nesse período características como civismo e senso patriótico eram levadas em conta pelo mercado de trabalho,

porém o que mais se destaca nessa lei é a maneira como se refere às pessoas com necessidades especiais “como detentoras de algum aspecto físico ou funcional” que de alguma forma, segundo a mesma, o impediria de exercer o seu trabalho. As conquistas com relação à inclusão não são muito recentes e documentos como este devem servir como meio de compreender a importância de se propagar a defesa ao movimento inclusivo e aos direitos de igualdade.

Após essa breve retrospectiva histórica podemos perceber que a importância é evidente para se incluir nos currículos e matrizes curriculares, disciplinas voltadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. Barreto (*apud* BATISTA; CAIADO; JESUS, 2008, p. 217) afirma que:

As instâncias de formação de professores do ensino superior necessitam das condições previstas no plano curricular para garantir ao professor; o contínuo exercício da relação ação-reflexão numa dimensão coletiva (...) facilitando assim a relação teoria e prática, a construção dos saberes específicos associados ao saber fazer e o incentivo a formação do professor e do aluno.

Como podemos ver Barreto (*apud* BATISTA; CAIADO; JESUS, 2008) enfatiza a necessidade da inserção de matérias e disciplinas voltadas à inclusão de pessoas com necessidades especiais no currículo, uma vez que estas vão garantir ao professor o domínio da relação teoria e prática que é extremamente necessário, porque auxiliará o professor na construção de saberes específicos e imprescindíveis para o exercício de sua profissão.

Ainda no que diz respeito à inserção de matérias voltadas à inclusão, Rodrigues (2014) assinala a importância do princípio denominado como isomorfismo, que é o princípio da valorização da vivência durante a formação do profissional através da inserção de matérias no currículo acadêmico a fim de já os inserir e prepará-los para possíveis experiências presentes em seu ambiente profissional.

Segundo a proposta pedagógica curricular (PARANÁ, 2014), o curso de formação de docentes (magistério) da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, em nível médio, inserido na modalidade normal, tem como objetivo a formação integrada, ou seja, uma formação em que o indivíduo esteja inserido e adaptado em especificidades do contexto educacional. Ainda, partindo desse pressuposto, a estrutura curricular do curso se pauta nas disciplinas da Base Nacional

Comum Curricular (BNCC) como artes, português, matemática, filosofia, educação física, biologia, física, história, entre outras.

No que se refere à organização do trabalho docente referente às disciplinas da base nacional comum curricular, faz-se necessária a utilização das diretrizes curriculares para a orientação da educação básica.

O curso de formação de docentes é composto por disciplinas específicas, organizadas cada uma com seu objeto de estudo; estas também são articuladas como as disciplinas da base nacional comum curricular, dentre as disciplinas específicas da matriz curricular, está a educação especial.

Segundo a proposta pedagógica curricular (PARANÁ, 2014), as disciplinas específicas têm como objetivo proporcionar ao alunado momentos de reflexão e de problematização sobre as mais diversas práticas docentes.

Partindo desta questão, consideramos os componentes e as disciplinas que fazem parte desta matriz curricular, a fim de analisar como a temática da inclusão é desenvolvida nos cursos de formação de professores em nível médio.

Ainda de acordo com a proposta pedagógica curricular (PARANÁ, 2014) na ementa da disciplina de educação especial consta que são percorridos temas como concepção de educação especial:

- Seus fundamentos históricos sócio-políticos e éticos estando inserida no sistema de ensino;
- Proporcionar uma reflexão crítica sobre as questões éticas, políticas e educacionais referente à ação do educador no processo de interação com os alunos com necessidades educacionais especiais, quais são: física, neuromotora, transtornos globais de desenvolvimento, surdez, deficiência visual, transtorno do espectro autista e altas habilidades/ superdotação;
- Procura-se trabalhar a proposta de inclusão visando um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, desenvolvendo a sociabilidade e promovendo a qualificação dos estudantes da educação especial, evidenciando aos alunos do curso de formação docente a importância da ação do educador junto à comunidade assim como da inclusão, dentre outros assuntos.

Também vale ressaltar a presença da disciplina de Libras, dentre as disciplinas específicas do curso de formação de docentes, segundo a proposta pedagógica curricular (PARANÁ, 2014), cuja ementa é:

Irá introduzir a formação do estudante no processo de conhecimento sobre as legislações destinadas à Libras, trabalhando também o conceito da língua brasileira de sinais, movimentos surdos, resistência ao ouvintismo que de maneira resumida pode ser entendido como a concepção de que o ouvinte (pessoa que ouve) é superior a uma pessoa surda, isto é, o ouvintismo, também é trabalhado a questão da Acessibilidade e o aprendizado da língua brasileira de sinais.

Ainda com relação à língua brasileira de sinais, destacamos a importância da lei 10.436 de 24 de abril em seu art. 3:

As instituições de ensino federais, municipais e estaduais têm a obrigatoriedade de incluir em seus cursos de formação voltados especial, Fonoaudiologia e de magistério em seus níveis médio e superior a língua brasileira de sinais (LIBRAS) a mesma deve estar nos parâmetros curriculares nacionais (PCNs) (BRASIL, 2002).

Para entender como esses avanços são preciosos na luta a favor da inclusão e como é necessário prosseguir com a busca constante pela efetivação completa desta realidade, faremos uma retrospectiva aos anos 1940 a 1990 para compreendermos melhor o tipo de formação que era oferecida aos docentes e, conseqüentemente, apreender sobre as demandas educacionais daquela época.

## **LEGISLAÇÃO E INCLUSÃO**

Agora faremos uma pequena análise da Declaração de Salamanca, no ano de 1994, na Espanha, e discutiremos sobre a sua importância e protagonismo no âmbito educacional inclusivo.

A Declaração de Salamanca foi um dos grandes marco no contexto educacional inclusivo porque esta afirma por seus meios e fins que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; além de sistemas educacionais devem ser designados e programas educacionais necessitariam ser implantados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- Consta ainda que toda criança possui características, interesses habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;



- Evidenciam, outrossim, a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as pessoas, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

Chama-se a atenção para os seguintes apontamentos que dissertam sobre os designios necessários para efetivação de uma escola inclusiva:

- Solicitam as regências que adotem o princípio da educação inclusiva na forma de lei ou política;
- Solicitam as governanças também a participação e o encorajamento dos pais e comunidade e organizações de pessoas portadoras de deficiência planejamento e tomadas de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais;
- Solicitam aos respectivos governos que invistam em metodologias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Para a efetivação da inclusão, algumas reestruturações são fundamentais para que a mudança realmente ocorra, tais como a inserção de matérias voltadas para o tema em currículos de cursos de formação inicial, a importância de ter conhecimento dos conceitos de igualdade de desigualdade inclusão e equidade, que ao conhecer a diferença entre eles os professores coloquem a teoria em prática. Devemos ter consciência dos avanços e retrocessos do contexto inclusivo e a partir disto criar novas políticas que facilitem a efetivação desta realidade, como é exemplo da Declaração de Salamanca.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste trabalho discorreremos sobre "a formação de professores para inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais", para realizar este estudo realizamos uma espécie de retrospectiva histórica, assim buscando entender quais foram os avanços e retrocessos relacionados a temática da inclusão e concluiu-se que embora a inclusão esteja se tornando um assunto mais frequente em nossa sociedade e significativamente no campo das políticas públicas, um exemplo disso é a Declaração de Salamanca, que é um dos principais documentos geradores de

discussões acerca da inclusão, a mesma reconhece essa diversidade presente em nossa sala de aula em nossa sociedade.

Buscamos evidenciar também a importância da formação inicial como ferramenta indispensável para efetivação da inclusão, para chegarmos a tais considerações realizamos uma análise histórica acerca dos cursos de formação de docentes e concluímos que a temática da inclusão é um assunto muito recente em nossa sociedade partindo de tal ponto se faz necessário que haja uma certa disseminação desta realidade, é aí que o professor entra como a ferramenta que irá disseminá-la para as futuras gerações, mas para isso é necessário que ele esteja preparado, e para que essa preparação ocorra de maneira correta é necessário que as autoridades competentes invistam em cursos de formação continuada palestras e debates, entre outros meios, preparando os professores para que possam atender a todos sem distinção. Concluímos então que o professor estando preparado e recebendo todo suporte possível este se torna uma das engrenagens indispensáveis para a efetivação da inclusão.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Antonia Ramos de; CUNHA, Gracilliani Rosa da. Gestão escolar e educação inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola. **Revista Educação: teoria e prática**. Rio Claro, SP, p. 53, 2019.

BARRETO, M. A. S. C. Dilemas da inclusão na educação básica frente as diretrizes para a formação em pedagogia. *In*: BATISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de. **Educação Especial: Diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946**: Lei Orgânica do Ensino Normal. [1946]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 Ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**: Dispõe sobre a língua brasileira de sinais – Libras e dá outras providências. [2002]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 10 Set. 2021.

DECLARAÇÃO de Salamanca: sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. [1994]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 19 Set. 2021.

PACIEVITCH, T. Inclusão Social. *In*: BORGES, Adriana Costa; OLIVEIRA, Elaine Cristina Batista Borges de; PEREIRA, Ernesto Flavio Batista Borges; OLIVEIRA, Marcio Divino de. **Reflexões sobre a inclusão, a diversidade, o currículo e a formação de professores**. [S.l.]: [s.n.], [2013]. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf>. Acesso em: 11 Mar. 2022.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação e Trabalho. **Orientações curriculares para o curso de formação de docentes da educação infantil e ano iniciais do ensino fundamental, em nível médio, na modalidade normal**. Curitiba: SEED, 2014.

RODRIGUES, David. Os desafios da Equidade e da Inclusão na formação de professores. **Revista nacional e internacional de educación inclusiva**, v. 7, n. 2, p. 5-21, Jun. 2014.

SACHELLI, Gabriela da Silva. **Educação Rural no Município de Apucarana-Pr (1940-1990)**: Espaços, Instituições Escolares e Professores. 190 p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá - Pr. 2019.

SILVEIRA, Selene Maria Penaforte. **A gestão para a inclusão**: uma pesquisa-ação colaborativa no meio escolar. 277 p. Tese (Doutorado) em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza, CE, 2009.

UNICEF. **Convenção sobre os direitos da criança**. [1990]. Disponível em: [unicef.org/brazil/convenção-sobre-os-direitos-da-criança](http://unicef.org/brazil/convenção-sobre-os-direitos-da-criança). Acesso em: 11 Mar. 2022.